

MIL: PROJEÇÕES DE UM UNIVERSO DISTÓPICO

Em *Mil*, Jean Pierre Chauvin forjou uma ilha e a projetou no Oceano Índico, à altura da Linha do Equador. Fundada em 2050, a Cidade-Estado de Cosmolândia contava com sessenta e quatro quadrantes, vias simétricas, bares-mercearias, complexos residenciais, departamentos, para não falar das câmaras e situados no subsolo. No espaço urbano não existiam acidentes ou de aclives/declives que pudessem prejudicar a harmonia das formas e a manutenção da ordem. É nesse cenário que atua Ulisses, personagem em torno da qual a ficção, dividida em nove capítulos, se organiza. O título da distopia, aliás, indica o cuidado da cidade com o controle demográfico, restrito ao montante de mil pessoas.

Todos os capítulos começam com fragmentos de autores consagrados: Orwell, Saramago, Huxley, Verissimo, Chico Buarque, Gonçalo Tavares, José J. Veiga, Camus, Ray Bradbury, Michael Young. As imagens de Morgana Chauvin, as epígrafes e a prosa se sobrepõem, formando células que se harmonizam, alternando tópicos descritivos e narrativos, ora relatando o cotidiano dos habitantes de Cosmolândia, com seus afazeres e rotinas, ora retratando as características dos edifícios, a posição dos quadrantes, a distribuição dos espaços. A geografia precisa faz lembrar, por exemplo, a composição das utopias e distopias clássicas.

O narrador onisciente alcança e retrata ações, pensamentos e dilemas da população, preenchendo um cotidiano altamente opressivo com amenidades que ocultam os rigores da disciplina. Pessoas realistas, otimistas e ufanistas manifestam opiniões díspares, mas nenhuma delas questiona o chamado “Dia Negativo”. A repetição de clichês e chistes, por sua vez, reitera a disciplina do pensamento, que deveria se deter nas aparências para não alcançar temas mais “profundos”. Esses expedientes são comuns aos regimes totalitários, matéria de grandes distopias publicadas ao longo do século XX, como *Admirável Mundo Novo* (1932), de Huxley, *1984* (1949), de Orwell, e *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury.

O livro de Chauvin não se detém na conjuntura que antecedeu a criação de Cosmolândia. No presente da enunciação, todos os cidadãos estavam convencidos de que viviam no melhor dos mundos possíveis. É possível que as crônicas e transmissões televisivas reforçassem as demandas do governo, reprisando os motes da educação recebida. Aliás, essa é uma máxima das distopias: não admitir opiniões que possam contrariar o *status quo*, confrontar as hierarquias ou servir de obstáculo ao progresso. Comprimidos energéticos e tônicos matinais mantinham a população dócil, assim como o “Soma”, distribuído entre as personagens de *Admirável Mundo Novo*. Tudo para fazer valer o lema, sempre repetido como forma de consolo e mecanismo de auto-disciplina: “Limite e Ordem!”.

Como forma de assegurar o controle, erradicam-se os instrumentos que oferecem outras perspectivas que não as convenientes, como submarinos, aeronaves e telescópios. Os mares são, por excelência, locais inconstantes, sem medida ou forma. Na singradura dos oceanos, é possível chegar numa mesma coordenada por diferentes caminhos. Tudo isso seria impensável em uma sociedade que prima pelo controle e busca antecipar condutas e alienar o pensamento. Transportes aéreos e submarinos também proporcionam doses da imensidão, com visões sublimes que confrontam e, portanto, estimulam a fantasia. O mesmo poderia ser dito sobre o telescópio, que atinge distâncias que o olho nu não alcança, ou sobre o microscópio, que perscruta elementos que o olhar ignora.

Para evitar perguntas, as distopias estimulam a rotina para calejar a imaginação: reverenciam a exatidão das distâncias e o imperativo dos horários; recorrem à presença de câmeras e aparelhos de reconhecimento facial; obrigam o “toque de recolher”; distribuem ofícios e afazeres com rigor; aplicam multas, castigos públicos, reclusões e degredos como forma de combate aos “subversivos”; valorizam a hierarquia; oferecem respostas prontas para antecipar indagações perigosas; premiam os coniventes; eliminam as dissidências. Estas orientações foram incutidas em Ulisses, mas também em seus amigos Dido, Virgílio, Beatriz e Júlio. Pacificadores,

como Catão e Fleury, são os que melhor encarnavam as prerrogativas da Lei; a Sacerdotisa Pítia oferecia o dogma para legitimar a infelicidade; os infratores (Artur, Vânia, Maria, José, Bernadete, Otávio, Fernanda, Jair, Vitória...), punidos com severidade, protagonizam cerimônias que referendam a política do “pão e circo”; mas também existiam pessoas como Zélia, uma senhora “muito zelosa da moral e dos bons costumes”. Deixo a cargo do leitor investigar a escolha criteriosa dos nomes, muitos deles provenientes de personagens mitológicas e históricas da Antiguidade greco-romana. É comum ao gênero distópico trabalhar com contrastes para assinalar as diferenças: se a Sacerdotisa de Cosmolândia adora uma imagem de ouro do Divino, os penates dos fiéis se reduzem a uma “imagem em madeira e latão dourado”; Ulisses formulara questões que incomodaram as autoridades, enquanto dois colegas de Dido costumavam divagar sobre questões amenas, como o modo mais eficiente de grampear páginas: “metafísica dos apetrechos de escritório”, afirma o autor. Por fim, convém mencionar que a ficção de Jean Pierre Chauvin é uma reflexão sobre o limite. Isso fica patente na metáfora que um Pacificador utilizou para retratar as edificações colossais da cidade-estado, comparando-as a “Adamastores”. O Adamastor, personificação do Cabo das Tormentas, posteriormente rebatizado como Cabo da Boa Esperança, é uma personagem d’*Os lusíadas* que figura o limite, o *nec plus ultra* que Vasco da Gama ultrapassou em nome da Coroa portuguesa e em benefício da Santa Fé. Ora, as antigas utopias, projetadas em ilhas localizadas em oceanos por cartografar, se multiplicaram com as grandes navegações. Foi naquela conjuntura que a superação de limites se tornou uma virtude incontornável. Não por acaso, o mesmo Ulisses condenado por Dante fora considerado, por muito tempo, o herói fundador de Lisboa, justamente por se mostrar ousado em terras desconhecidas. Se as utopias foram imaginadas como consequência das iniciativas centrífugas, respaldadas no imperativo do ímpeto expansionista, as distopias buscam reaver os limites ao estimular as forças centrípetas, a contenção, o auto-controle. Calçadas na premissa de que o sacrifício das liberdades é a única via de acesso para o “bem-comum”, elas entorpecem a população com drogas e propagan-

das. A diligência, a deferência, que conferem a sujeitos mesquinhos distinções e medalhas, são, justamente, as virtudes que garantiram a Gama a fama de herói. É possível imaginar mil motivos para se ler o livro de Jean Pierre. Não se trata de *captatio benevolentiae*. Se o leitor não acredita, que leia e confira.

REFERÊNCIAS

CHAUVIN, Jean Pierre. *Mil*. Rio de Janeiro: Luva Editora, 2021.

O AUTOR

Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3930-3936>.
E-mail: cleber.ufu@gmail.com.